


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 14 de dezembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **Júlio César Franceschet**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1010482-49.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Condomínio**  
 Requerente: **Associação de Proprietários Em Loteamento Atlanta**  
 Requerido: **Marcela Mazza Martinez Marques Sartori**

**SENTENÇA**

Vistos.

**ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS EM LOTEAMENTO ATLANTA**, já qualificada, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** contra **MARCELA MAZZA MARTINEZ MARQUES SARTORI**, também qualificada, aduzindo na inicial, em síntese, que a requerida possui débito na ordem de R\$ 1.159,51, referente ao não pagamento da taxa associativa. Pede sua condenação (fls. 01/04). Trouxe procuração e documentos (fls. 05/88).

Regularmente citada (fls. 104), a requerida deixou transcorrer "in albis" o prazo para resposta, conforme certificado a fls. 105.

**É o relatório. Fundamento e DECIDO.**

Registro, inicialmente, que a demanda comporta julgamento antecipado diante da revelia da parte requerida, nos termos do art. 355, inc. II, do CPC.

No mérito o pedido é **PROCEDENTE**.

A parte requerida não ofereceu qualquer resistência quanto à matéria fática alegada na inicial. O direito discutido nos autos é disponível e não há motivos jurídicos para deixar de se reconhecer os efeitos da revelia no tocante à matéria fática.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

Com efeito, a parte ré, devidamente citada (f. 91 e 99), não apresentou contestação, deixando, assim, de oferecer qualquer resistência à pretensão da parte autora, tornando-se revel.

Logo, no caso sub judice, deve ser aplicado o que preceitua o art. 344 do Código de Processo Civil: **“Art. 344. Se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor”**.

Como ensinam Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, **“a decretação da revelia produz efeitos de ordem material e processual. O efeito material da revelia está em que as alegações fáticas formuladas pelo autor na petição inicial são consideradas verdadeiras diante do silêncio do réu”** (In. Novo Código de Processo Civil Comentado, Editora RT, 2016, p. 371).

Assim, na espécie, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial, sobretudo acerca do inadimplemento da ré.

Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, julgo **PROCEDENTE** a demanda, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC, para o fim de condenar a requerida a pagar a autora a importância de **R\$ 1.159,51**, atualizada monetariamente desde o ajuizamento da ação, acrescida ainda de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação, condenação que se estende às parcelas vencidas no curso do processo, além das vincendas (art. 323 do CPC). Arcará a requerida com as custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor atualizado da condenação.

P.I.

Araraquara, 14 de dezembro de 2018.

**Júlio César Franceschet**

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)